



Disciplina: SER-457 – População, Espaço e Ambiente (PopEA)

Ano: 2020

Aluna: Máfra Ramalho Matias

Caracterização dos agentes e do entorno das áreas potenciais de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) da Sub-região 1 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN).

A temática da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) tem ganhado destaque em pesquisas e implementação de políticas públicas nas últimas décadas. No Brasil, um dos primeiros trabalhos de identificação e caracterização de AUP em regiões metropolitanas foi desenvolvido por Santandreu & Lovo (2007), que definem a AUP como atividades que podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos envolvendo “um conceito multi dimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.).”

Sousa & Calaça (2019), em revisão recente de literatura, indicam três perspectivas principais que pautam as iniciativas AUP nacional e internacionalmente: a da **soberania e da segurança alimentar**, com a criação de alternativas para garantir o acesso à alimentação de qualidade; a **perspectiva ambiental**, com a busca de alternativas para melhorar o meio ambiente urbano, por meio da manutenção de áreas verdes, aumento da permeabilidade do solo e reaproveitamento dos resíduos urbanos; e a **perspectiva socioeconômica**, com a criação de possibilidades de ocupação e renda para enfrentar o problema da pobreza urbana.

Quanto às características dos agentes envolvidos na AUP, em documento da FAO (2014) intitulado “*Ciudades más verdes en América Latina y El Caribe – Um informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región*”, tem-se que, apesar dos agricultores urbanos serem de todos os grupos de idade e origens sociais, a sua maioria é proveniente de famílias de baixa renda que praticam a agricultura como uma maneira de reduzir o gasto com alimentos e obter renda com a venda de produtos excedentes. Outra característica da AUP desenvolvida na América Latina e Caribe refere-se à participação das mulheres como força motriz da agricultura urbana em muitos países (FAO, 2014).

Santandreu & Lovo (2007), ao analisar as iniciativas das regiões metropolitanas brasileiras, também identificaram uma diferenciação entre agricultores que desenvolvem atividades em espaços

intraurbanos e os que desenvolvem suas atividades nas áreas periurbanas: no primeiro “predominam as mulheres de baixa renda e baixo nível de escolaridade” enquanto entre os agricultores periurbanos “predominam o homem de renda média e alta, ainda que em alguns casos possa ser baixa (entre os que trabalham em assentamentos, quem pratica o extrativismo ou quem desenvolve atividades tradicionais como a pesca).”

Apesar desses estudos revelarem algumas características dos agentes envolvidos, ainda há muita investigação a ser feita no âmbito da AUP. Alguns desafios para o desenvolvimento da AUP no Brasil foram apontados por Santandreu & Lovo (2007), tais como: a superação da pouca compreensão, principalmente por parte do setor público, sobre as amplas possibilidades e potencialidades da AUP; ausência de políticas voltadas ao desenvolvimento da AUP, dificuldades de acesso ao crédito, necessidade de apoio à infraestrutura, acesso a sementes e mudas, disponibilidade de água de qualidade, disponibilização e o acesso aos espaços urbanos com potencial produtivo. Além disso, os autores também apontaram como um desafio a identificação, diferenciação e caracterização dos espaços de produção urbanos, periurbanos e rurais com seus respectivos agricultores e agricultoras. De acordo eles, “dar reconhecimento às atividades e aos atores da AUP é encarar o desafio de valorizar o trabalho proporcionado pela agricultura, que historicamente no Brasil é estigmatizado.” Além disso, indicam que “fazer a identificação de espaços e caracteriza-los no plano diretor do município é o desafio que, se enfrentado, pode viabilizar uma tipologia nacional para AUP.”

Considerando o exposto, este trabalho tem por objetivo a caracterização dos agentes e do entorno das áreas potenciais de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) da Sub-região 1 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), por meio de métodos e técnicas de geoprocessamento.

A Sub-região 1 da RMVPLN é constituída pelos municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos. A partir da área compreendida pela Sub-região 1, será elaborada uma nova área de estudo (na disciplina de Geoprocessamento – SER 300), tendo por base os dados de classificação de uso e cobertura da terra já existentes (MapBiomass e/ou SOS Mata Atlântica) para a exclusão de áreas de classes que fogem do escopo da proposta, por exemplo, cobertura florestal, pecuária, etc. A partir desta etapa, serão estabelecidos parâmetros biofísicos (topografia, rede de drenagem, etc) para uma nova delimitação e inferência dessas áreas com potencial de serem agricultura urbana e periurbana. Por fim, criar uma tipologia de AUP para a região.

Para a caracterização dessas áreas e dos agentes atuantes na AUP dos municípios estudados, serão utilizados dados do IBGE (Censo 2010, Censo Agropecuário 2017, Cadastrado Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE) na tentativa de responder as seguintes perguntas:

- **Quem são as pessoas que residem nessas áreas potenciais de AUP?** (Caracterização dos residentes por setor censitário: idade, gênero, cor ou raça, razão de sexo, rendimento médio, alfabetização, etc);

- **Quais as características dos domicílios?** (Responsáveis pelo domicílio, próprio ou alugado, média do número de moradores em domicílios, domicílios com abastecimento de água (poço, rede de abastecimento, etc), rede de saneamento, etc)
- **Quais as características do entorno?** (Infraestrutura: esgoto, iluminação pública, pavimentação, etc.)

A menor unidade territorial com dados disponibilizados pelo Censo 2010 é o setor censitário, estabelecido para fins de controle cadastral e representado por área contínua (polígonos). O CNEFE refere-se a listagem de endereços encontrados durante a realização do Censo e sua representação se faz através de pontos (geocodificação de endereços/coordenadas geográficas). Por fim, a menor unidade territorial para os dados do Censo Agropecuário 2017 refere-se ao município, mas apresenta o CNEFE com as coordenadas geográficas dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 2017.

Após estabelecida a tipologia para a nova área de estudo, ela servirá como máscara para a delimitação da grade regular de representação. Neste sentido, a metodologia empregada por D'Antona; Bueno; Dagnino (2013) para estimativa populacional por meio da agregação de dados dos domicílios em uma grade regular e também por meio de desagregação dos dados por setor censitário utilizando proporcionalidade de área será útil ao presente trabalho.

Na mesma linha da metodologia da representação por grade regular, Siani (2017) trabalhou com a redistribuição de dados populacionais em grade e integração com dados de uso e cobertura da terra, que se tentará aplicar no trabalho por meio das seguintes etapas: 1) delimitar as células de representação; 2) preencher as células com as informações das tipologias previamente identificadas por meio da porcentagem de cada classe na célula; 3) utilizar os dados de pontos de estabelecimentos agropecuários do CNEFE como referência para a redistribuição dos dados socioeconômicos nas células.

Com essa metodologia será possível identificar e caracterizar a população e o ambiente que estão relacionados com essas áreas potenciais de agricultura urbana e periurbana desses municípios da RMVPLN, além de conseguir identificar similaridades e diferenças entre eles.

Referências:

D'ANTONA, A. O., BUENO, M. C. D., DAGNINO, R. S. Estimativa da população em unidades de conservação na Amazônia Legal brasileira: uma aplicação de grades regulares a partir da Contagem 2007. Rev Bras Estud Popul 2013; 30:401-28.

FAO. Ciudades más verdes em América Latina y el Caribe. Un informe de la FAO sobre la Agricultura Urbana y Periurbana en la región. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/GGCLAC/Ciudades-mas-verdes-America-Latina-Caribe.pdf>>. Acesso: jun/2020.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras.

SIANI, S. M. O. iSAM - Um sistema de indicadores para o monitoramento da área de proteção ambiental mananciais do rio Paraíba do Sul. 2017. 191 p. IBI: <8JMKD3MGP3W34P/3MHKPD8>. (sid.inpe.br/mtc-m21b/2016/10.04.18.46-TDI). Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos, 2016. Disponível em: <<http://urlib.net/rep/8JMKD3MGP3W34P/3MHKPD8>>.

SOUSA, R. P. O.; CALAÇA, M. Agricultura urbana: uma nova alternativa para a produção de alimentos e melhor qualidade ambiental para a cidade. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 14, n. 32, p. 239-265, abr., 2019